

Alguns apontamentos pessoais

*e preliminares suscitados pelo controverso tema da chamada
“Agonia do Ocidente”*

VITOR OLIVEIRA JORGE *

Abstract – *In this very preliminary essay, the author tries to think critically about some aspects of our modern Western culture and its more recent developments, mainly viewed as paradoxes, contradictions, ambiguities. Cultural and ecological heritage’s issues are typically one of these fields, or symptoms, of paradox. On the other hand, generalized conflict became commonplace, and apparently it seems to be (for the first time?) irresolvable. Globalization has its counterpart, the need for regional, local and (as long as our culture is successful in the spreading of the cult of the individual) even more particular identities. Global terrorism is a sort of criminal and radical response to globalization – the response of those who for any reason do not want to integrate themselves (and what they think to be their traditions/beliefs) in that world culture system dominated by modern capitalism. So, terrorism is here to stay, as long as most of mankind has difficult access to the conditions of creation of their own humanity and autonomy. The situation is very complex. “Modern culture”, in its infinite interpretations, in no more a Western exclusiveness. History, far from having come to an end, is continuously in a process of transformation and negotiation. A completely new world, governed by different rules, but based in democracy, international law, and new forms of solidarity, is not only an urgent need – it is a question of survival for us all. It is our responsibility to contribute for that new world as a place open to the well-being of the majority, and not a space of domination by a system*

* Professor catedrático do DCTP – FLUP. E-mail: vojorge@clix.pt
Portais: www.architectures.home.sapo.pt
<http://configuracoes.planetaclix.pt>

which, to benefit a minority, excludes the cultural and moral diversity of mankind. The universities, and the knowledge they produce, should serve the emancipation of the people (the "good" side of our culture), not the oppression or the exclusion of the other (a boomerang which will destroy us). In any way, we have no option, if we want to avoid generalized terror and to open some windows of hope for the whole of mankind: we need to think, to dialogue and to encourage genuine cooperation with all those "from the other side" who want freedom, peace, democracy, development. These promises, or hopes, of our "Western culture" shall turn into pragmatic real areas of success, exemplifying good faith. Terrorism will not be exterminated by violence, or by imposing our points of view; it is a creature of oppression and inequality. For the first time in history, we need to dialogue at the global scale, and to proceed accordingly to common rules decided by majorities – we have no other chance. Global negotiation and work for peace - or global conflict, permanent fear, and finally death: that is the challenge. Politics are too serious an issue to be left to politicians alone. We can no more live, think, imagining a future, learn and teach in a world of such daily injustice, poverty, torture, and killing – our indifference or inertia would be an obscenity. It is our duty and our right, as university professionals, to take part in this work, putting aside our idiosyncratic interests or individualistic egos for a moment.

*À Fernanda Ribeiro,
com amizade*

0. Algumas citações (talvez compensatórias do muito que fica por dizer...)

"(...) em 1949, dois homens, a meio de um caminho, estão condenados a esperar. Não sabem bem porquê, nem exactamente quem: esperam por Godot na peça de Samuel Beckett. Continuarão a esperar e é essa, de certa forma, a condição do homem ocidental a partir da segunda metade do século XX."

António Pinto Ribeiro
2004, p. 44.

"(...) nada se separa de um modo nítido e definitivo. Tudo faz parte de um imenso tecido onde Derrida nos ensinou a participar. Somos apenas um nó nessa rede que é o texto da vida: tudo é texto, lembrem-se? Mas um nó único, irrepetível, que nos suprime o texto no momento em que nele começamos a desaparecer."

Eduardo P. Coelho
"Público", 13.10.04

"Chamo direito à desconstrução ao direito incondicional de colocar questões críticas não apenas à história do conceito de homem, mas à própria história da noção de crítica, à forma e à autoridade da questão, e ainda à forma interrogativa do pensamento. Porque isso implica o direito de o fazer afirmativa e performativamente, isto

é, produzindo acontecimentos, por exemplo, escrevendo, e dando lugar (o que não pertencia até aqui às Humanidades clássicas ou modernas) a obras singulares. Tratar-se-ia de, através de acontecimentos de pensamento, fazer acontecer, sem necessariamente o traír, alguma coisa a esse conceito de verdade e de humanidade que forma a carta e a profissão de fé de toda e qualquer universidade."

Jacques Derrida

Cit. por E. P. Coelho, 2004b, p.35

"(...) tudo acabou por se reduzir à ideia simples e triste da vida como movimento direccionado para as coisas que nos fazem sentir bem e para afastar as coisas que magoam. Eu disse "triste" porque alguém que define a vida como busca da felicidade tem se de sentir cronicamente infeliz."

Marshall Sbalins

2000, p. 569

"Nós devíamos desenvolver um tipo ambicioso de antropologia que nos dissesse alguma coisa sobre todo o conjunto da história humana a um nível global e em referência a uma temporalidade longa, e não uma que aponta para uma oposição entre o Ocidente e o Resto [the West and the Rest] e depois apenas observa os últimos 200 anos de história colonial."

Tim Ingold

2002, p. 7

"(...) Deus é impensável sem a escrita, essencialmente, e a roda, acessoriamente, que reduzem largamente a dependência do homem relativamente ao espaço natural (no caso da roda) e ao tempo natural (no caso da escrita). O Único tardou, por terem sido também tardias estas próteses que remetem para outras maneiras de circular e memorizar, elas próprias dependentes de ecossistemas muito particulares. O Todo-Poderoso não decidiu, um belo dia, que tinha chegado o momento de se revelar, por fim, num cume do Monte Sinai. Foi um certo uso político, dado a inovações técnicas, que conferiu ao monoteísmo consistência e necessidade. As panóplias do primata inventivo têm o seu próprio tempo (ultra-rápido a partir da revolução industrial, mas ainda bastante lento nos tempos da revolução neolítica). O homem descende do símio, mas Deus do signo, e os signos têm uma longa história. A tecnogénese da transcendência é um momento a re-situar na tecnogénese do homem, num processo ainda em curso nos nossos dias e cujo início remonta aos primeiros bifaces ou pedras talhadas (...)."

Régis Debray

2002, p. 36

"O Ocidente venceu o mundo, não pela superioridade das suas ideias, valores ou religião (converteu poucos membros das outras civilizações), mas antes pela sua superioridade em aplicar a violência organizada. Os Ocidentais esquecem, com frequência, este facto; os não ocidentais, nunca."

Samuel Huntington

2001, p. 57

"A América é uma sociedade violenta. Uma sociedade em que a violência está no dia-a-dia e se vive dia-a-dia (...).

"O culto da força (armada e física), que hoje identifica infalivelmente a América, não foi inventado pelo cinema."

.....

"Abu Ghraib é um sintoma; e um aviso. Não é uma surpresa."

Vasco P. Valente

"Diário de Notícias", 15.5.04

"Orientalismo. Consiste num conjunto de crenças desenvolvidas no séc. XIX a respeito da superioridade da cultura ocidental face à oriental, nomeadamente islâmica, considerada estagnada, inimiga do progresso, fundamentalista. A profanação dos lugares sagrados e a pilhagem cultural, tal como a humilhação dos detidos, centrada na sua identidade cultural e religiosa, tem a seu favor a justificação da história: contribuem para acelerar o triunfo da cultura ocidental."

Boaventura Sousa Santos

Revista "Visão", 20.5.2004, p. 99

*"(...) and the masters make the rules
for the wise men and the fools
I've got nothing, ma
to live up to."*

Bob Dylan

"It's alright, ma (I am only bleeding)"

"(...) até certo ponto as sociedades modernas e as sociedades primitivas retiram o sentido das suas identidades por meio de uma dialéctica negativa."

Edward Said

2004, p. 62

"(...) Há uma verdadeira ameaça de insurreição que usa o terrorismo em países como o Afeganistão, o Irão ou o Iémen, e que opera internacionalmente. Por outro lado, há condições políticas que deviam ser tidas em conta, e duas em particular. Primeiro, não é possível resolver o problema dos muçulmanos e da insurreição no mundo islâmico se não se enfrentar seriamente a questão da Palestina. Sbaron é o melhor agente de recrutamento de Bin Laden. Em segundo lugar, não é possível compreender este terrorismo se não se vir que as suas origens estão na Guerra Fria e que os Estados Unidos, o Reino Unido e a Arábia Saudita carregam uma responsabilidade significativa na sua emergência quando o promoveram nos anos oitenta contra a União Soviética.(...)"

Fred Halliday

Revista "Pública", 5.12.04, p. 8

1. Considerações (não tão) preliminares (nem breves, como costumam ser)

Em alguns textos que venho escrevendo, sobretudo no último ano, alguns estranharão o tom assumidamente situado da voz que neles se exprime. Falo na primeira pessoa – um "mim" que não é tanto aquilo que me será específico (porque isso só me interessa individualmente, ou aos das minhas relações próximas) como aquilo que nesse "mim" procura semelhanças ou analogias com outros. Sendo a consciência do sujeito um produto da interacção entre ele e o meio, e estando nós mergulhados num discurso – e numa língua – que de certo modo "fala por nós", o eu individual, fora do círculo das relações afectivas, pouco importa. Aquele que tem consciência disso sente-se particularmente liberto para falar de "si", ou em seu nome, sem interpostos "disfarces" ou biombos temáticos – porque se essa enunciação assim feita tiver sentido (e mais ainda se for interessante, se comunicar algo inesperado ou novo, que é sempre um trabalho sobre

o adquirido, o aborvido, o anterior) esse sentido é já colectivo à nascença, inelutavelmente.

Por outro lado, este modo de falar tenta subverter, ou superar, se quisermos, o mito cientista da objectividade positiva, em que alguma coisa que fazemos ou dizemos tem de passar primeiro pelo formol para ser interessante, útil, ou simplesmente aceite; ou então não é ciência, é literatura, ou puro confessionalismo.

São essas classificações académicas e compartimentações que quero, intencionalmente, embora serenamente, sem agredir nem ofender ninguém (incluindo os que crêem nelas), fazer implodir. Considero-as não só castrantes e destruidoras do que há de mais rico e fundamental no humano (a imensa diversidade, a complexidade, o carácter contraditório, paradoxal, fluido, das coisas, das observações, das experiências), como até, falando em nome de uma ciência aberta (de um conhecimento que se procura objectivo sem ser representacionista), considero mesmo essa concepção atentatória da ciência e, em última análise, degradante para esta. A ciência que elimina constantemente o observador, como se este não existisse, não é ciência, é prestidigitação – é uma falsificação, um produto retórico esterilizado. Que alguns se dêem bem nesse ambiente com cheiro a formol, o problema é deles e do sistema que os alimentou e alimenta. Como é hábito dizer-se, por mim "não dou mais para esse peditório".

A racionalidade da ciência, e a procura de objectividade, têm a ver com uma ética e metodologia da prova, que de facto implicam a separação do sujeito e do objecto, e a passagem de um regime de crença imposta a um regime de verificação partilhada. Mas esta verificação partilhada não elimina axiomas, bases de trabalho jamais comprováveis em absoluto (como se quiséssemos competir com Deus), antes ao contrário assenta sempre, em última análise, numa comunidade de crenças e desemboca noutro sistema de crenças. Só que estas crenças são controláveis, são democráticas, e visam a clareza, situando-se no pólo oposto da crença autoritária e obscurantista.

Agora, o máximo do obscurantismo seria tentar impor aos outros, com a roupagem pseudo asséptica da "ciência" como biombo retórico, crenças, métodos, procedimentos, próprios de certos indivíduos, grupos, comunidades, tornados dogmas indiscutíveis. A autoridade da ciência não lhe advém de qualquer autoritarismo, mesmo que enroupado em jargões técnicos, aplicações pretensamente úteis, tradições sólidas e estabelecidas, acordos tácitos ou explícitos de minorias, mas exactamente do contrário – de admitir que tudo quanto se faz, pensa, acredita, como cientificamente correcto, poder sempre ser subvertido. Não de uma forma anárquica, voluntarista, ou superficial, não motivada por desejos de afirmação pessoal ou de originalidade superficial, mas por um raciocínio cuja "exigência de verdade" (o "ethos" da ciência, e não só) lhe impõe, à partida, a desconstrução do "imponente" (do aparentemente inamovível), desvelando-o como uma simples aparência – uma manifestação de poder entre muitas.

Já que a única ferramenta que tenho para tentar "mexer no mundo" é a palavra publicada ou dita em "ambientes" mais ou menos académicos, devo exercer

aqui esse poder diminuto mas indesmentível com o maior sentido crítico e vigiância, pois se trata de uma janela de oportunidade rara (e custosa).

Não há pois uma só forma de argumentar nem de raciocinar "cientificamente", seriamente, procurando a objectividade. Há muitas, e em última análise tantas quantas os sujeitos que investigam, pensam e escrevem, mas que evidentemente se podem e devem unir em torno de equipas de trabalho e de metodologias partilhadas. Comungando portanto regras explícitas, rigorosas, comumente aceites, quanto mais não seja a do uso de uma língua, a da aceitação mútua de que vale a pena ler e estudar o produto do trabalho dos outros - pelo menos alguns dos outros, e aquilo que têm para nos dizer, para nos explicar, partindo da boa-fé da sua honestidade e da sua "vontade de verdade" – e o domínio de um conjunto de técnicas de produção do saber, de competências, sem as quais é impossível inovar. Ou seja, a montante da ciência está uma ética de exigência e de rigor, e uma forma de vida permanentemente insatisfeita e desacomodada. Mas tal forma de vida, felizmente, pode assumir formas muito variadas na sociedade multicultural e globalizada em que vivemos.

Existe neste mundo uma enormíssima variedade, que a todo o momento nos surpreende, nos mais diversos aspectos. E, adentro dessa variedade, há espíritos que vivem na obcecação de sistematizar, regulamentar, normalizar o já existente – e adaptarem-se a isso. São em geral conservadores, embora possam reclamar-se de valores contrários. Por vezes chegam a ser "académicos" no mau sentido, sistematizando realidades secas, ocas, parcelares, ou ínfimas, esterilizadas por essa preocupação da ordem. Fazem manuais, acumulam erudição, podem ser bons enciclopedistas, às vezes até úteis, mas não entusiasмам. Porque não cartografam nada de novo, enchem o já mapeado, não relacionem o que aprendem com o que vivem, não articulam as coisas de uma forma nova, própria – submetem-se ao regime cinzento (que às vezes até passa por "científico") de se apagarem perante o objecto, não percebendo que assim, mesmo quando observam e sistematizam a realidade empírica, a estão a esterilizar. A atitude fenomenológica veio-nos advertir contra isso.

Há outros espíritos que, insaciados do que já leram ou aprenderam, vivem na busca constante da novidade, do diferente, do surpreendente, deixando-se fascinar pela beleza do pensamento como por uma obra de arte, uma nova explicação científica, a descoberta de um rosto ou o enamoramento por uma pessoa. Essas pessoas são do tipo daquelas a quem a história do pensamento hoje mais deve. São pessoas cuja grandeza, cuja complexidade, cuja beleza mental lhes permite olhar para a realidade sempre com o espanto de uma mítica "primeira vez". Com o olhar do poeta, no que de mais profundo e visceral existe neste – não como um adorno da realidade, mas como um produtor de realidade. Todos os grandes cientistas, pensadores, artistas, foram assim – como o grande Jacques Derrida, que faleceu em França em 2004 (ver por exemplo "Público" de 10 de Outubro desse ano, p. 41, ou crónica de E. P. Coelho no mesmo jornal de 13.10.04).

Talvez nunca pudéssemos passar sem os "gestores", os bem ordenados, os academicamente correctos – a vida precisa de um formigueiro de "bem comportados" para que tudo ocorra às horas próprias, para que o caos não se instale. Mas uma sociedade mede-se, na sua qualidade, no seu desenvolvimento, na sua cultura, na sua educação, pelo grau de heterogeneidade interna que permite. Pelo número de pessoas que, ao lado dos "gestores" do existente, são os parturientes do novo.

Evidentemente que este esquema bipolar é tudo menos real, ele é apenas, justamente, um esquema, destinado a enfatizar. Há pessoas que não toleram as mais pequenas particularidades de estilo, tudo quanto fuja a uma norma que só nas suas cabeças existe. Pois não fui já criticado por fazer demasiadas citações no início de um texto, considerando-se tal atitude despropositada?! Não aparentemente pelo que essas citações dizem em si, sobretudo quando intencionalmente convocadas para o mesmo espaço, mas por serem muitas... E não há quem tenha sugerido que, em textos como este, eu já não estou a escrever como um investigador, mas como alguém que se perdeu, que divaga, não se sabendo muito bem do que está a falar?!...

Se eu, a partir da minha experiência universitária e de vida, pudesse dar um conselho a um jovem desejoso de afirmação (e quem não deseja afirmar-se, dentro dos legítimos quadros de uma mente saudável e de uma ética democrática?) diria o seguinte.

O mais interessante para uma disciplina científica vem, muitas vezes, de outra, vem de fora, do ambiente cultural geral, pelo que a "melhor maneira" de alguém nunca produzir nada de muito interessante é teimar (consciente, ou inconsciente) em fazer algo de fechado, académico, absolutamente conforme as regras estabelecidas. Se se premiar um conjunto de rotinas securizantes e assépticas, evidentemente que muitos espíritos se fixarão aí, numa imobilidade que não passa um milímetro para lá do risco. Tanto mais delirante quanto está convicta de ser a melhor atitude possível, a única "séria".

Uma regra é indispensável, mas é um dado histórico como qualquer outro – se se mantém muito tempo, é um fóssil, e só serve para travar a inovação. Uma disciplina fechada em si mesma é isso mesmo, uma "disciplina", que não evolui nem corresponde às expectativas dos jovens e dos colegas de outras áreas. A interdisciplinaridade não pode ser epidérmica, meramente retórica, ou enunciativa, tem de ser consubstancial ao saber, quanto mais cedo melhor.

Um outro aspecto importante para quem queira impor-se e fazer uma carreira no ensino superior – cada vez mais, apesar de tudo, a única forma de se ter algum tempo livre para pensar, e de se contactar regularmente com gerações mais novas – é fazer algo de interessante também fora da Universidade e/ou dos sistemas formais de produção científica. Estes – ao contrário do que devia acontecer - estão às vezes muito burocratizados, parcialmente ocupados por pessoas que não têm uma mentalidade liberal, mas, pelo contrário, pequenina e controladora, e também em alguns casos parasitados por "egos insuflados" que tentam competir voraz-

mente entre si, pouco deixando fazer aos outros, nem tendo intimamente respeito por nada nem por ninguém. Os intolerantes de todos os matizes não suportam sobretudo os outros que eles percebem terem um pouco mais de talento (coisa que se nota facilmente), pelo que esses outros se tornam nos entes mais perigosos para esses espíritos doentios, no fundo desenquadrados da instituição onde estão, uns mais cinzentos, outros mais coloridos, mas irmanados pela frustração que decorre da ausência de uma verdadeira paixão pelo saber e pela comunicação. Tudo isto é o nosso dia-a-dia, existe em todas as instituições, e é bem conhecido de todos. Mas raramente é escrito.

É evidente que quanto mais liberdade, mais responsabilidade. Não podem ocupar lugares de investigação e de ensino, ou ser mediadores culturais de qualquer género, pessoas que não cumprem com regras de funcionamento das instituições, e que se não pautam por um ética comunitária – mas, disso, poder-se-ia dizer que "ça va de soi". O que as instituições deviam ter era sistemas correntes de avaliação (não tanto formal, mas sobretudo de conteúdo) que apartassem trigo do joio, respeitando a máxima liberdade, mas tornando incontornáveis regras básicas, e penalizando quem não cumpre, ao mesmo tempo que premiavam objectivamente quem não só cumpre, mas vai generosamente muito para além de uma mera gestão calculista de carreira pessoal. Esses indivíduos, cuja presença nas instituições é um valor, um património destas, deviam ser encorajados, estimulados, enquanto ainda pessoas activas, e não apenas alvo de honrarias perfeitamente espúrias (medalhas, homenagens, etc.) aquando da última lição, ou "post mortem", quando infelizmente já deixaram de ser muito úteis e a sua obra em regra se fechou. É mais inteligente apoiar o produtor enquanto produz, do que lhe dar uma "condecoração por serviços prestados" quando já nada mais de muito substancial há a esperar dele – por mais justa que seja tal distinção.

O nosso maior inimigo é o senso-comum, a inveja, a mesquinhez, a falta de vistas de alguns (disse alguns!) com quem temos de partilhar a nossa vida profissional, e que nos fazem perder tempo preciosíssimo, e gastar energias em futilidades, no esforço de constantemente tentar contornar os obstáculos que procuram erguer à produção da novidade e da visão tanto quanto possível inteligente, abrangente, dinâmica, maleável, aberta, jovem. De notar que esses que colocam dificuldades são de todas as idades e condições, desde o aluno do primeiro ano da Universidade ao colega mais "senior"... e não são pessoas necessariamente menos dotadas; são às vezes apenas indivíduos dogmáticos ou intransigentes para com o diferente, o qual lhes causa irritabilidade e vontade de o dominar, de o destruir, de o invisibilizar. Neste domínio, a vida traz-nos permanentemente surpresas – sendo obrigação dos mais sãos de espírito, como dizia o Carlos Alberto F. de Almeida, perdoar (ou esquecer, pela sua sanidade mental própria), até onde puderem, os disparates dos que perderam a cabeça. O ressentimento é mau conselheiro, e só vale a pena rebater aquilo que nos faz pensar.

Adentro do pluralismo de modelos que no espaço desta publicação se podem exprimir, este artigo em concreto poderá parecer – diria mesmo ser – mais um

texto classificável como "de opinião", do que um estrito "paper" "científico", ou mesmo um ensaio estruturado¹.

Corresponde a uma pulsão comunicante que, por vezes, se não compadece com eternas esperas: aquele que quer comunicar tem urgência no estabelecimento desse elo, urgência que é emotiva, mas também intelectual.

Haveria aliás que aprofundar esta questão: há diferentes temporalidades na criação e na comunicação; e se a maturação inconsciente é um trabalho cujas regras e tempos por definição não controlamos, parece certo que por vezes é nos momentos de maior urgência, de maior acumulação de decisões, de maior aceleração da comunicação, e da acção em geral, que pensamos melhor, que somos mais criativos. Tempos de repouso e tempos de frenética produção podem alternar, e fazem parte do mesmo processo.

Por alguma razão estamos na era da comunicação instantânea e não diferida, totalmente diferente daquela em que as pessoas escreviam longas cartas para serem lidas daí a um mês e saboreadas ao longo da vida. Nitidamente, o nosso "ethos" não é já esse, por muita nostalgia que isso nos provoque. Em geral, hoje só escreve cartas dessas aquele que, pela sua obra e fama, pode suspeitar que um dia os seus herdeiros intelectuais, ou editores pressurosos ("et pour cause..."), lhe queiram publicar, em por vezes tão abusiva (quão comercial) atitude, a epistolografia, como parte da sua "obra completa". Completa – palavra que simboliza ironicamente um tempo nostálgico: no que ela encerra em si de culto pelo acabado, pelo morto, e de reinvenção e multiplicação desse morto, que, agora completo, nunca mais pára de se multiplicar e abrir nas leituras e exegeses que dele os seus leitores e críticos farão! Isso, quando não aparece um manuscrito desconhecido, ou algum autor se lembra de completar obra inabada, ou apenas esboçada por outro já morto. O mercado é voraz de novidade, seja a que preço for, e toda a imaginação dos indivíduos está compulsivamente voltada para a produção do "novo", seja o que isso queira dizer. É o «glamour» do espanto, por momentâneo que seja, que se procura, o delírio da fascinação infantil.

Neste modesto escrito permito-me expor alguns raciocínios com a clareza possível, mas sem querer disciplinar as associações de ideias, e alguma deriva que

¹ Este agora tão na moda para pretensamente se poder entrar no "ranking" olímpico dos "verdadeiros cientistas". Seria mais uma absurda "originalidade lusa" a que consistiria em querer contabilizar a produtividade dos investigadores segundo critérios completamente desadequados à diversidade das matérias de que trata hoje o saber contemporâneo – um saber em rede, todos estamos conscientes disso, mas um saber pouco angélico, permeado por complexos "lobbies" (que têm a ver com interesses económicos, mas também com lutas pelo prestígio, pelo poder simbólico), e de que o sistema anglo-saxónico dos "referees" (tendo embora virtualidades) é em muitos casos exemplo... porque é hipócrita, disfarçando autoritarismo. Em vez de copiarmos os outros, devemos é, tendo em conta a sua experiência como base de trabalho, pensar por nós, melhorando os "standards" científicos em função da nossa experiência própria. Sinto-me tanto mais à-vontade para dizer isto quanto sou "general editor" de uma revista em inglês, cujo processo de filtragem na aceitação de trabalhos se inspira, mas adapta, o sistema dos "referees". Refiro-me ao "Journal of Iberian Archaeology" (publicado pela ADECAP, Porto).

delas resulta, preocupado sobretudo, acentuado, em comunicar com outros - e não tanto visando por ora inserir-me em códigos herméticos e em circuitos argumentativos (ou pseudo-argumentativos?) apenas concebidos para iniciados, nos quais já me espartilharam o suficiente – e, se possível, sem escamotear complexidades. Aliás, continuo a tentar produzir algo nesses patamares mais formais – mas a sua dinâmica é outra.

Ou seja, exercito o risco de pensar sem introduzir termos técnicos que só complicam o óbvio, sem usar metáforas que só dizem o mesmo por outras palavras, num ciclo (que por vezes tem algo de "snob", no que disfarça de superficial) interminável, mas procurando fugir à tentação para o moralismo de senso comum, antes abrindo campo para a constituição de um sistema próprio de pensamento, para uma "casa de pensar" construída por mim, com recurso aos que me antecederam e que pude incorporar. Aposta difícil, que espero não seja ambição descabida².

Essa atitude, esse estilo que adopto, insere-se numa estratégia óbvia³, que visa tentar contribuir para ultrapassar, no âmbito profissional em que me insiro :

- a dicotomia entre a "alta cultura" e o saber comum, convencido que estou de que o futuro se anuncia na aproximação dos saberes (e dos saberes-fazer), à medida do desenvolvimento da classe média, do aprofundamento da democracia, e da apropriação (ou pelo menos algum controlo) dos "media" por parte dos cidadãos (fugindo à tendência para a lógica hegemónica dos grandes grupos económicos), de que a Internet pode ser, se usada com lucidez, privilegiado exemplo. Preocupava-me, sim, era se esse enorme espaço – deixado livre pelo afastamento das "culturas" - fosse sempre ocupado por produtos de qualidade discutível (cultura "light", etc.), pertencentes aos grupos que já controlam os "media" actuais⁴;

² Descomplexado que estou relativamente à qualidade e/ou quantidade meu próprio trabalho, «versus» as condições que pude ter para o produzir, e que julgo não ter desperdiçado – trabalho de que não faço naturalmente qualquer apreciação valorativa, como manda a modéstia e o bom senso, mas que já passou pelo crivo de suficientes instâncias, ao longo de 37 anos de publicações, para que não me preocupe demasiado com isso.

³ Estratégia que quem conheça os meus escritos dos últimos anos certamente delineou com clareza. Sem pretender arvorar-me em "iluminado", ou particularmente esclarecido, o que é sempre uma atitude extremamente frágil, descabida, e até ridícula, pretendo conscientemente recusar – não teoricamente e só no papel, mas pela minha própria "praxis" - um conjunto de outras práticas que considero erradas ou obsoletas. Fazendo-o em contexto "académico", e nomeadamente adentro da instituição a que pertenço, e a qual é meu dever ajudar a "evoluir", creio estar a servi-la melhor do que se procedesse diferentemente.

⁴ Veja-se a importância de que se revestem actualmente os programas televisivos, para podermos pensar o país, e de como o "locus" do raciocínio capaz de "forjar realidade" (de influir na dita, ou seja, de fazer política) se deslocou em certa medida do interior das universidades (supostas sedes de produção e comunicação dos saberes) ou dos partidos (supostas bases do funcionamento do regime democrático, ou seja, da expressão dos interesses colectivos dos cidadãos) para o espaço público dos "media". A proliferação de entrevistas e debates – como o "Expresso da Meia Noite" na SIC-Notícias às sextas-feiras – tornaram-se indispensáveis para se perceber o significado do que vai acontecendo (não só do que se passou, mas do que por via desses comentários passa a existir), sobretudo quando os jornalistas têm a inteligência de ouvir as pessoas, em vez de cultivarem o vedetismo próprio, já anunciado

- a pretensa apoliticidade, a-historicidade, descarnamento do pensamento relativamente àquele que o produz, como se este fosse um cérebro impessoal. Por mais "científica" que tal opção se queira apresentar, não me convence, pois é apenas um *truque para me impingir, como indiscutíveis, "verdades" que eu sei que são produto de um processo de produção, de um fabrico, de um contexto social e histórico, como quaisquer outras*. E, portanto, construídas por instituições e pessoas que as promovem, com um conjunto de especialistas por detrás, com um plano e orçamento definidos, e evidentemente com um conjunto de objectivos bem precisos, faseados, a atingir;

- certa erudição que às vezes se permite apresentar como pretensamente "universitária" ou "académica", e que só serve para acumular mais do mesmo, ou seja, para encher publicações com novos detalhes ou curiosidades (históricas, romancescas, folclóricas, pitorescas, biográficas, locais, etc.), na verdade inócuas ou abstractas, porque desprovidas de tecido problemático ou de enquadramento cultural motivador de inquietação criadora, ou seja, de elementos que sirvam de pontes para o debate com os outros.

Essas são, na prática, ou formas sofisticadas de atitudes aristocráticas (despreocupação pelo útil, culto do entretenimento/jogo para "matar o tempo", indiferença pelo tipo de "trabalho" que o pensar exige, sobretudo quando não emoldurado por

nas imagens que antecedem os programas.

A repetitividade dos comentadores da "coisa pública" – o seu pequeno número – e a sua presença em diversos tipos de "media", vedetizando-os, fazendo sobrepor a sua imagem à sua mensagem, é sintomática. Vivemos pendentes da opinião de uma dúzia ou duas de personagens, que falam por nós e pensam para nós... sem eles o país já não acontece, como se o que acontece já só tivesse significado após os ouvirmos. Por muito valor que tenham, e estima que nos mereçam, fazem pensar que o Prof. Oliveira Salazar, aliás hábil cultor da sua imagem, deixou um lastro neste país bem mais duradouro do que seria para desejar. Trata-se, ao que julgo, de mais uma "originalidade lusa", impensável noutros países europeus contemporâneos – esta espécie de dependência, em que nos encontramos, relativamente a "tutores mentais", e que acompanha certa inércia que se nota em diversos aspectos, nomeadamente em muitos jovens.

Note-se que o que lamentei é haver tão poucos críticos televisivos, ou escrevendo em jornais, e não uma proliferação deles, e maior escolha. Mas não caio no absurdo de dizer que um comentador político regular de uma estação de televisão é um mau princípio, porque só exprime a opinião dele, sem "contraditório". O contraditório, como lembrou alguém de forma pertinente, é importante para as notícias, nunca para os comentários de opinião, cujo pluralismo se assegura pela sua própria proliferação, naturalmente que sujeita às regras, em que vivemos, de uma sociedade de mercado, mas democrática e sem portanto poder tolerar (pelo menos explicitamente) qualquer forma de censura.

A inércia relativamente à assunção de responsabilidades, ao sentido de risco, à inovação, à imaginação, à autonomia, ao estabelecimento de projectos de vida, ao empreendimento de iniciativas que representem esforço sem retorno imediato, a uma cultura de cooperação e de associativismo, etc., etc., é geral no nosso país (e não só). Vistas curtas, conformismo doméstico, atitude de ficar à espera de que as oportunidades apareçam – é por vezes triste, penoso, ter de conviver com este meio-ambiente, particularmente quando se observa que está tão espalhado entre os jovens, devido a uma cultura de hedonismo confundida com liberdade responsável. Mas eles não têm "culpa" – são em grande parte um produto da sociedade em que vivemos, das famílias e do sistema de ensino, de um ambiente de laxismo, de falta de perspectivas e de modelos, de ausência de uma ética da responsabilidade partilhada, tudo enfim, em relação estreita com um "ethos" da fragmentação (tema que abordei noutro texto – ver "Conservar Para Quê?", Porto/Coimbra, DCTP-FLUP/CEAUCP, 2005).

regras estritamente definidas) ou ignorantes, indiferentes às questões que perpassam pelo nosso tempo, ou então, ainda pior, manifestações comodistas de apego a paradisíacas "ilhas perdidas do conhecimento" nas quais, por acumulação e preenchimento de espaço/tempo, se viveria rotineiramente absorto em relação às questões colectivas, e controvérsias, que exigem tomada de posição, e turbulência.

Existem, mais ou menos institucionalizados de muito diversas formas, e com custos que implicam investimentos inúteis, pseudo-saberes espartilhados em processos rotineiros de acumulação, que repetem lugares comuns, ou introduzem conceitos esotéricos que apenas alimentam minorias que se reproduzem como tais - e portanto são impotentes fora do seu limitado círculo de adeptos, isto é, na vida real. Ou seja, por outras palavras, fora do moderno mercado generalizado - mercado e mundo confundem-se, hoje, quer queiramos quer não, na sociedade neo-liberal, e reconhecê-lo é um sinal de lucidez - da criação, produção, distribuição e consumo dos chamados "bens culturais".

Por que é que uma sociedade que se pretende "racionalizada" alimenta estas bolsas infrutíferas, e ao mesmo tempo encaminha a maioria da população para níveis baixíssimos de consumo de qualidade (e não apenas por razões económicas, mas também por outras formas de exclusão, incluindo a impossibilidade de acesso às condições psicológicas que levam o indivíduo a sair da inércia e da rotina, sabendo aceder a informação pertinente e triada, ou seja, ajustada a um projecto de vida)? E por que é que ao mesmo tempo nos impele a todos para o lugar comum e para a standardização de comportamentos, mesmo que disfarçada por um ambiente hedonista de "supermercado" onde existem múltiplas combinatórias do Mesmo?

A grande forma de exclusão actual, nas sociedades ditas "desenvolvidas", é, sob a capa de uma certa tolerância "soft", a da eliminação da capacidade de autonomização dos indivíduos em relação às teias que os cercam (família, modelos de vida, etc.), e que eles incorporam como se de desejo próprio e íntimo se tratasse - é isso tem a ver, salvo erro, com o que Marx chamava alienação. A diferença intransigente e cega dos valores e interesses que produzem a nossa própria cegueira. *A constituição de identidades que projectam fantasmaticamente na imaginação, no desejo, a obtenção ou manutenção dos meios de produção, ou das condições de vida, que são as mesmas que nos impedem de nos produzirmos autonomamente.* Mas esta questão é muito complexa, como Baudrillard mostra, em, por exemplo, *Para Uma Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. Presença, 1995 - e que abordarei em próximo livro colectivo (*Cultura Light*, Porto, DCTP-FLUP, 2006).

A Universidade (campo múltiplo de interesses contraditórios, como qualquer outro, claro), em particular, não pode ser, nem uma gaiola dourada de conhecimentos decorativos, nem um lugar para a manifestação de egos tão doentios quanto inoperantes, nem uma fábrica de licenciados/mestres/doutores para alimentarem a indústria e o comércio. Tem de estar ao lado do desenvolvimento económico-social, mas com sentido de solidariedade, e, para tal, tem de se antecipar aos ditames empresariais, estando um passo à frente do imediatamente útil. O útil é apenas uma aplicação temporária do que a montante, ou à primeira vista, parecia inútil, e que é a investigação pelo próprio gosto da investigação, o desen-

volvimento do saber conduzido por objectivos estratégicos, selectivos (e portanto críticos e conflituais), e não de mera acumulação.

A investigação, obviamente sujeita a planeamentos e prioridades, é uma máquina que, ao satisfazer a curiosidade humana, se for praticada em rede, de modo realmente interdisciplinar, acaba por ser útil quando e onde menos se espera. É como – agora num paralelo negativo, tirado da vida corrente (o meu pensamento persegue o "óbvio", o plausível partilhável, um novo senso comum, e não o esoterismo) – quando surge uma infiltração de água numa estrutura de construção: a mancha final acaba muitas vezes e por aparecer bem longe do local onde se inicia a falha estrutural, o "locus" do defeito, que a origina.

A Universidade ou é mesmo um serviço de alta qualidade, uma sede de criação cultural, de efervescência científica, de confronto de ideias abertas à sociedade – lugar de trabalho e de convívio – ou então não é útil, não cumpre o seu papel crítico e motivador, não vai, como disse, à frente dos empresários, das outras instituições culturais, de todos os mediadores da produção do novo, mas na sua esteira, pedindo atenção (e "subsídios" ou apoios) para uma actividade lúdica (no sentido fútil) e para uma "dignidade" (real ou mítica) perdida.

A fonte dessa "dignidade", mau grado tudo o que se diz em contrário, substancialmente não mudou: é o trabalho crítico, construtivo e desconstrutivo, continuado, sério, criativo, eficaz, cooperante, em equipa, e transmitido aos mais novos, feito com eles.

O que escasseia em Portugal, infelizmente, não são cientistas com 100 artigos ou mais publicados em revistas internacionais sujeitas à sacrossanta validação de "referees". O que escasseia, são pessoas de real valor, com profunda cultura, com décadas de trabalho sério sempre encaminhado para a inovação, para a curiosidade, e portanto competitivos, capazes de "se baterem de igual para igual" no fórum internacional com os melhores da sua área. As formas de ganhar a competição são sempre inesperadas, são um efeito de surpresa (neste caso, da criatividade da pesquisa), e não podem relevar do "dêjà vu". Obviamente que há muitos espíritos que laboram sempre no mesmo, quais formigas, e que se rebelam, porque têm medo, contra esta forma de pensar. Mas ela não foi inventada por mim – é a ordem capitalista tardia que impõe hoje níveis de exigência concorrencial e formas de aceleração imaginativa desconhecidas no passado. Nós não podemos aplicar "tel quel" o ensinamento obtido na Universidade, como alunos, e depois desenvolvido na pesquisa como doutorados – sob pena de estarmos a reduzir-nos a uma ilha de Robinsons Crusoeés. Temos de saltar em frente. É algo impiedoso, mas o sistema é assim...

Fazem-se muitas reuniões, colóquios e cursos no nosso país, por vezes com títulos atraentes (a habilidade publicitária existe)... Mas quantos deles têm verdadeira qualidade que corresponda às expectativas? Infelizmente, uma massa crítica não se constrói em poucas décadas, e uma parte dos nossos melhores criadores está no estrangeiro, liderando equipas, enquanto os nossos jovens sossobram aqui – com algumas bolsas de excepção, de qualidade, que felizmente se multiplicam - no sub-desenvolvimento mental, entregues por vezes a professores de

pacotilha, que em vez de ensinar deviam era ir aprender, ou serem imediatamente reciclados, se possível, para outras actividades, porque o seu "saber" já não interessa, ou porque são pessoas que vieram parar ao ensino superior (ou de outros graus) por "engano". Não são verdadeiros profissionais da comunicação (o que todos os professores devem ser) somados a profissionais da criação (o que os professores do ensino superior têm de ser). É bom que o ensino superior, público, privado, ou cooperativo, se espalhe por todo o país – mas com graus de exigência e de avaliação que têm de superar os corporativismos atávicos, os arranjos por conhecimento, os concursos cujo desfecho se conhece à partida, etc. Hoje, muitos jovens não se esforçam em trabalhar seriamente porque sabem que isso é muito menos importante do que a «cunha» que poderão vir a conseguir para entrar em determinado lugar ou obter determinado posto de trabalho, uma vez conseguida a formalidade da licenciatura ou do mestrado. Em arqueologia, por exemplo, isso é corrente. Ora, tal ambiente desmotiva-nos a todos.

Não há panaceia para resolver isto – senão investir fortemente no capital humano, na criação de bolsas, nas condições de investigação inovadora, nas pessoas que têm sentido de serviço, quer como executantes ou aprendizes, quer como líderes e empreendedores. O ideal seria, de uma vez por todas, dar poder aos que têm capacidade, e reduzir o poder dos incapazes – mas que "deus ex machina" virá realizar tal milagre de justiça e rectidão?... Nenhum, claro.

A Universidade faz por vezes um papel anacrónico, a tentar "vender" um produto que em certos aspectos já ninguém quer, quando devia atrair a curiosidade dos que têm meios para comprar, para incentivar, criando formas (não apenas estratégias de maquilhagem) de gerar propostas novas, processo que hoje tem de ir a grande velocidade.

Aquela velha frase, "depressa e bem não há quem", continua a ser verdadeira no essencial. Temos de lutar intransigentemente pelo tempo próprio da reflexão, da pesquisa, mas temos depois, também, de ter respostas em tempo útil para os desafios que a sociedade nos coloca. Basta tentarmos acompanhar o que de melhor se faz nos países de nível cultural e científico maior, apesar da desregulação, da precaridade do emprego científico, da mercantilização generalizada; aqui, como em geral, não há nenhum mistério nem segredo especial.

Tudo se poderia reduzir a um slogan. Máximo de condições, máximo de exigências. Tolerância máxima na adaptação à especificidade de cada um, tolerância mínima para idiosincrasias que escondem inércia, egoísmo, e falta de cumprimento de regras fundamentais em que as instituições se têm de basear, porque são regras consensualizadas a montante. Porém, todos sabemos quanto estes "princípios" são hoje, já, algo de obsoleto...

Mas também devia haver consideração pelos mais velhos, pelo maior número de serviços que prestaram, por aquela mais-valia que tradicionalmente infundia respeito (não digo, nem desejo, temor) nos outros, respeito que, desde que não seja servil, é indispensável, ou era, porque a sociedade pós-moderna desestabilizou e "liquefez" todos os valores. Como incentivar alguém a melhorar, se não há consideração pelos mestres que há tanto tempo nos enquadram, ensinam, aju-

dam?... Quem fomenta uma pseudo-igualdade, hoje tão comum nesta sociedade horizontal, fomenta sim a pior das injustiças, que é a da "uniformização por baixo". Isso é caos, não é democracia, mas o seu oposto, a demagogia ou a anarquia próprias da sociedade neo-liberal.

É claro que isto depende muito do grau de qualidade cultural e científica de todos os agentes, nomeadamente daqueles que dispõem de meios para decidir, para apontar modelos comportamentais, para adquirir instrumentos e meios de fabricação e multiplicação do valor, para manipular o mundo (mesmo que seja o seu pequeno mundo), em suma.

Agora, o que a Universidade também não devia ser é um microcosmos em que pequenos grupos lutam pelo protagonismo, jamais praticando a verdadeira interdisciplinaridade (não me refiro a colaborações instrumentais), mas funcionando para dentro, ou então (modalidade mais moderna e recente) saltando directamente do local (do seu departamento, do seu projecto, do seu pequeno grupo) para o global (deslocações ao exterior, congressos internacionais, contactos pessoais com pares estrangeiros, etc., por certo individualmente muito produtivos), mas jamais procurando endogeneizar esse capital de inter-relações, torná-lo útil a outros, nomeadamente aos estudantes e à escola como um todo. Falemos verdade: muitos destes "caixeiros viajantes" só andam a perder tempo e dinheiro, a eles e ao país, pois da sua gesticulação por foruns internacionais não decorre qualquer efeito importante. Apenas o de fazerem uma nova forma de turismo individualista.

Nomeadamente, trazendo a Portugal os melhores "cérebros" estrangeiros, que às vezes nem são caros, porque as pessoas até vêm cá de graça, apenas pelo prazer (pelo valor acrescentado) de conhecerem realidades novas, de intercambiar ideias, de espalhar o conhecimento da sua obra... isto pode causar muita admiração, num mundo em que chamar um electricista a casa pode ser uma despesa tão cara quanto a de uma consulta de dez minutos num médico especialista, mas é uma realidade, tirada da minha experiência: a maior parte dos colegas estrangeiros não pedem qualquer remuneração pelas suas conferências, e se forem amavelmente recebidos ainda ficam muito gratos. São resquícios da sociedade pré-mercantil, talvez... Claro que também há aquelas "vedetas" que só grandes firmas, ou o Estado apoiado por mecenas, podem trazer cá. Mas nas ciências sociais, tirados os grandes autores de "best sellers" à americana, essas figuras são relativamente raras. Ainda não estão tão mercantilizadas como os artistas, por exemplo.

As pessoas que apenas se vêem a si e à sua promoção, ao seu currículo, e não têm o sentido de instituição, não são verdadeiros universitários – são por vezes potenciais investigadores que se utilizam da Universidade para a promoção própria e exclusiva. Mas às vezes nem isso – compensam a sua frustração na investigação por uma deambulação constante, de país para país, de congresso para congresso, de sessão pública em sessão pública, num narcisismo doentio. Não são "pensadores", são empresários. Não são capazes de se concentrar, porque não têm um objectivo estratégico para o seu percurso intelectual e profissional – andam ao sabor de oportunidades e de jeitos, e de interesses imediatos, que é sempre a pecha dos mercados; a lógica do lucro é imediatista, é a do lance antecipador e rápido.

1. Patrimônio e futuro: algumas reflexões sobre um tema infindo, feitas a partir de um departamento universitário

O "patrimônio" (conservação do "velho", do anterior) é o reverso da medalha da "modernidade" (produção, desejo do novo). Acumulação "versus" renovação. Cheio e vazio. São duas formas do mesmo. Porque, se alguém não tivesse preservado as pautas de Bach, não seria possível ouvir hoje a sua música; se alguém não tivesse estudado a sua música e recuperado os instrumentos da época, ainda continuaríamos a ouvir o barroco com um certo tom romântico, o que completamente (segundo os entendidos) o desvirtua. E se não houvesse a proliferação do ensino da música, o disco vinil, o CD, e o DVD, não existiriam novos talentos continuamente revelados, como Cecilia Bartoli ou Anner Bylisma (para falar de duas gerações diferentes, e de dois instrumentos diferentes, a voz e o violoncelo). Etc...

Assim, nestas coisas convém evidentemente conservar algum equilíbrio entre a atitude apocalíptica de pensar que a nossa "civilização ocidental" está a chegar ao fim, ou que a própria história acabou, ou que há que contestar tudo por princípio, e a atitude integrada, conservadora, de quem lamenta o mundo perdido e pensa que entrámos num caos irreversível. O desemprego e a nostalgia alimentam, e são constitutivos, da pós-modernidade.

O que a nossa civilização fez, e continua a fazer, foi expandir-se a todo o mundo, extinguindo muitos valores e promovendo destruição maciça da diversidade, humana e ecológica, mas também criando (ou obrigando ao aparecimento de) formas variadíssimas de hibridismos, e este "ethos" muito particular que consiste na simultaneidade de um enorme complexo de culpa e, ao mesmo tempo, numa insaciável curiosidade pelo diferente. Impulso de morte e impulso de vida, sempre articulados. Deglutir o outro... e depois ter muita pena de o ter perdido, de o ter digerido, ou embalsamado...

Quanto maior confusão, e caos, tanto maior urgência na serenidade do juízo, que se torna o valor distintivo por excelência. Quanto maior proliferação de propostas de interpretação, menos precipitação deve haver nas afirmações dogmáticas, sem perder o sentido de procurar novas formas de autoridade, sempre precárias, e que evidentemente só podem ser democráticas e resultantes de negociação constante e de luta contra todas as formas de opressão, de exclusão, de censura e de mediocridade, por mais encapotadas ou "bem intencionadas" que sejam, ou se apresentem (já que vivemos na era da representação).

Desejo do novo e vontade de conservar um legado, ambos sob a forma de uma certa ansiedade e críspação, são sintoma de uma época inquieta, que no meu entender não é de "declínio", ou de "agonia", mas apenas uma das muitas "crises de crescimento" (talvez uma das maiores de sempre) da humanidade em relação a uma sociedade diferente, e em muitos aspectos talvez potencialmente mais justa. Porque também posta perante um dilema: ou mudamos para melhor, para uma sociedade includente e multicultural, ou não sobreviveremos. É certo que a evidência racional de tal dilema não leva à correção dos erros: mas quando estes começarem a ter efeitos fortes nos interesses instalados no mundo, alguma coisa

terá de começar a mudar radicalmente. As tragédias do terrorismo e das desregulações da economia e da ecologia já estão aí, à nossa porta, para no-lo anunciar.

O próprio que escreve é exemplo de que uma visão apocalíptica não tem sentido – tivesse eu nascido noutra século e provavelmente já não estaria vivo. E, se o estivesse, com toda a probabilidade seria "criado" de algum "senhor" (mas, de facto, ainda não interiorizámos totalmente quanto devemos aos indivíduos que nos libertaram dos antigos regimes feudais, ou clássicos, da opressão e da crença). E mesmo que fosse um "autor" (alguém que tem a capacidade de pensar e de escrever, ou de compor o que hoje chamaríamos obras de arte ou de ciência, ou de filosofia) teria de fazer anteceder os seus livros de prolixas dedicatórias a tal patrono, protestando a sua humilde condição de leal servidor, e em certos casos extremos assegurando-se, ao mesmo tempo de conseguir publicar, de o fazer sob pseudónimo, para não vir a terminar na fogueira. Sinceramente, sinto-me melhor como estou, aqui e agora. Sinto que esta improbabilidade de ter sido "eu" (essa entidade enigmática que discursivamente usa a primeira pessoa do singular), até hoje, é uma oportunidade a não perder. Mas este "eu" é, evidentemente, um eu plural.

Essa sociedade mais justa que sonhamos para o futuro não existirá jamais senão como um projecto, um processo em construção constante (e não é para amanhã, como se pensou, e quis impor tiranicamente), mas, acredito, consiste num fenómeno que, se quisesse resumir numa palavra, designaria por emancipação. Emancipação a todas as escalas e níveis, o que implica a valorização do igual e do diferente, a oportunidade da maior diversidade possível de existências e de escolhas – excepto aquelas, claro, que fazem como seu programa o eliminar essa possibilidade. Autonomia, pois, de cada um, que é o contrário da anarquia – porque a ausência de regras leva à opressão.

Em última análise, o melhor projecto (de longo prazo...) que podemos ter é o de permitir a maior felicidade possível de um maior número, no máximo respeito possível pelo mundo – convencionalmente chamado "natureza" – que habitamos, de que não só fazemos parte, mas onde estamos mergulhados. A humanidade não tem outro desígnio que o de ser feliz, nas múltiplas formas que tal pode e deve revestir, mas utilizando a sua capacidade auto-reflexiva para o efeito e superando os mitos da felicidade como construção individual.

O aumento das condições de extensão da felicidade a um maior número de seres humanos – e não a violência (incluindo a psicológica e a doméstica), a guerra, a agressão unilateral, o tráfico de armas, drogas, pessoas, animais, etc. – é o único antídoto contra as preocupações gravíssimas, e os paradoxos estruturais, sísmicos, que atravessam o mundo contemporâneo. Respeito pelo semelhante, e respeito pelo dissemelhante. Respeito pelo ser humano, e respeito por todo o mundo vivo. Respeito em geral por tudo o que nos rodeia, e de que mais não somos do que uma emanção, evanescência minúscula e efémera. Não podemos de facto ser apenas utentes egoístas deste mundo: somos seus activos autores – mesmo (e sobretudo) por inacção ou comodismo. Mas esta "homília" bem intencionada é, por si mesma, inócua.

De facto, enunciar estes desígnios, fazer estes votos piedosos, não é resolver nada. Impõe-se acentuar uma tendência importante da nossa própria cultura: a

sua capacidade de auto-crítica, e a sua abertura antropológica ao outro, não para o absorver (desígnio impossível, aliás), mas para tentar caminhar para uma cultura – diria, é claro, muitas culturas - de fusão, de mestiçagem, de “crioulismo”. Que simultaneamente respeite(m) e promova(m) todas as diferenças - mesmo que inventadas, porque a vida social foi sempre também isso, invenção – e crie(m) patamares de comunicação entre todos os povos.

A comunicação só pode vir depois do silenciamento – mesmo que parcial – das armas. Por isso, em vez de agressão ao outro, é fundamental criar ilhas de descompressão, de entendimento, de diálogo. Essas ilhas são as únicas portas, por estreitas ou mesmo impossíveis de abrir que pareçam - para evitarmos o pior. Evidentemente que estas declarações parecem utópicas e inocentes perante a corrida generalizada aos armamento e a quotidianização dos conflitos.

Uma revista como esta, que pretende tratar de "património", ou seja, da matéria-prima ou “bagagem” acumulada pela humanidade para construir condições e oportunidades de felicidade, tem de virar permanentemente os dois lados à moeda: mirar o conservado, encarar o futuro. Acumular aquela bagagem – mas partir para a viagem. Uma serve a outra, e vice-versa (pois não é verdade que quando se prepara a bagagem já se está, em sonho, a viajar?... E quando se viaja só se sonha com o "abençoado momento" de chegar a casa?... E é destas deambulações e contradições que se entretece uma existência humana, de que porém estão privadas, pela miséria, a maior parte das populações do globo).

Por isso – pelo leque amplíssimo de temas, atitudes e reflexões que o "património" convoca, quando dele se não vê só um lado da moeda - esta revista (como outras do género) deverá acolher, pelo menos na minha opinião, artigos de muito diferente natureza e estilo (máximo pluralismo dentro da máxima qualidade possível).

Uns mais descritivos, outros mais problemáticos. Uns mais eruditos, outros mais "soltos". Uns mais argumentativos, mais "científicos", outros mais ensaísticos ou livres. E assim se cumprirá talvez, não só no “fundo” como na “forma” (passe a desgastada dicotomia) o seu desígnio de tratar do velho, do passado, do arquivado, alertando para o novo, para o que advém, e dá sentido, e multiplica, esse "espólio" (outra palavra muito pesada e pouco dinâmica). Um aspecto, repito, só existe em função do outro – não há contradição possível entre eles, pois o "património" (entendido como bem, recurso colectivo) é uma criação permanente – e à medida que se generaliza, uma espécie de obsessão – da modernidade.

Creio que uma revista que, julgo, deve ser transversal, como esta, pode ser um bom lugar de debate. Porque "o património" – que é o nosso campo de trabalho - ou é para ser discutido como uma "política" (*v.* "A Política do Património", de Marc Guillaume, Porto, Campo das Letras, 2003), isto é, como um sintoma e problema da «polis», como uma coisa séria, ou então pode tornar-se numa acumulação de erudições espúrias, de descrições detalhadas, ou, cada vez mais, de curiosidades turísticas para ocupar as famílias aos fins de semana e noutros tempos de lazer, o que, podendo ser louvável, não é muito estimulante, apesar de todo o imaginário mítico e diversificado que impregna essa industria turística.

Departamentos universitários (como por exemplo aquele em que trabalho - DCTP-FLUP - e em que igualmente labora a colega a quem dedico este ensaio), em que se pretende tratar de património cultural de forma abrangente e actualizada, não devem nem podem ser meras justaposições de antigas especialidades – arqueologia, história da arte, e por aí fora, com todo o respeito por esses saberes «tradicionais» – mas têm de ter outras ambições e perspectivas, muito mais maleáveis, transversais, abertas a outros saberes e faculdades. Como já no próprio DCTP-FLUP – sejamos justos - se vem notando de forma cada vez mais notória.

Tais departamentos, como outros quaisquer, têm de ter "nervo", no sentido de inquietação criadora, problematizante, e os seus membros não se podem limitar a publicar acomodaticios relatórios de mais "pesquisas" (ou curiosidades?), que muitas vezes são sobretudo bases de dados – necessárias, é certo e indiscutível, mas muito insuficientes por si próprias, e podendo ser feitas por "tarefeiros", pessoas em começo de carreira – e não fontes, por si mesmas, de verdadeiro raciocínio, que, hoje mais do que nunca, ou é ânsia de futuro ou é, na prática, inútil, isto é, desmobilizador, desmotivante dos próprios alunos.

Estes, como nós, querem é ser galvanizados em problemáticas e vivências, projectos e emoções, e aprender a trabalhar em íntima conexão da teoria com a prática, deixando de ouvir prelecções, e passando a realizar e a viver experiências de real aprendizagem, que implica sempre uma boa relação mútua.

Ou, então, sejamos claros, percebem que a melhor estratégia é a da facilidade, e em vez de escolherem como orientadores (ao nível da licenciatura, mestrado, ou doutoramento) os professores mais problematizantes e exigentes, optam precisamente pelo contrário, por aqueles que dão melhores notas e põem menos exigências. O "pragmatismo" é tipicamente pós-moderno, neste sentido corrente, e não só.

Fiquem aqui estas reflexões prévias para o reequacionamento de uma nova estratégia para os departamentos universitários desta área, onde leccionam e investigam, e em que colaboram, pessoas extremamente valiosas, trabalhadoras, e dedicadas, que só estão à espera de uma liderança de projecto (não me refiro ao impecável cumprimento de tarefas administrativas, muito meritórias até porque muito pouco apetecíveis, dado proporcionarem poder mínimo e sacrifício e fadiga máximos, que ninguém agradece) para passar de um somatório de docentes/investigadores a uma verdadeira equipa de trabalho. Será essa utopia um dia (pelo menos parcialmente) possível? ...

Dizem os ingleses que "a friend in need is a friend indeed." Quanto, para sobreviver, precisarmos de nos modernizar, modernizar-nos-emos todos com certeza. Passos aliás têm já sido dados nesse sentido, não nos martirizemos em excesso. Mas modernizar não é tecnocratizar, nem vazar conteúdos velhos em novas tecnologias, como agora é hábito. É outra coisa, mais complexa, e que exige outra imaginação, outra interacção entre as pessoas, outro respeito pelo pensamento crítico, num mundo em profunda convulsão. E isto – que tem que ser escrito por alguém, mais valendo, parece, que seja dito por um "senior", se me é permitida a auto-classificação - tem, julgo, algo (para não dizer muito) a ver com o que referirei a seguir.

2. Inquietações de um ocidental

Estará a chamada "cultura ocidental" (a admitirmos que tal tem algum sentido) em decadência?...Estaremos a assistir à agonia de um universo em que, mesmo contestando-o constantemente, nos habituámos a viver (até porque, dizem muitos, ele é o único sistema do mundo em que podemos contestar à vontade sem receio de fanáticas perseguições ou represálias...)?

A pergunta pode ser desprovida de sentido, porque não sabemos muito bem o que é a "cultura ocidental", nem se a ideia de "decadência" é cientificamente correcta. E, por outro lado, quem emite esta pergunta? Não é ele, o que pergunta (neste caso a primeira pessoa em que o presente texto se constrói) o reflexo de um sujeito histórico situado, limitado às coordenadas do seu tempo e lugar? E não se propagam por todo o lado "fundamentalismos" de todos os matizes?

O meu mestre Jorge de Macedo ensinou-me, logo desde o primeiro ano da faculdade (na cadeira de Teoria da História do antigo curso de História), que falar globalmente de decadência de um país, de uma sociedade, de uma «cultura», é mistificador. A realidade social não é blocal, mas múltipla; não é simples, é complexa; não evoluciona monoliticamente, mas é composta por facetas diversíssimas que devêm a diferentes ritmos, como a escola dos "Annales" tanto acentuou, mesmo ao nível do indivíduo (ninguém, nem nada, é uno, indivisível, "coerente", mas uma realidade cheia de contradições e em tentativa de equilíbrio permanente). A obsessão da coerência, sobretudo nas suas formas mais exaltadas, tal como o legalismo doentio (oposto ao cumprimento sereno, e portanto maleável, inteligente, da lei) é sempre uma forma de autoritarismo. Todos conhecemos o carácter "líquido", inconstante, de quaisquer "identidades"...

Não faz pois sentido falar globalmente de progresso ou de retrocesso, de nascimento ou de morte, de períodos de decadência ou de períodos de "ascensão" social ou comunitária (metáforas espaciais com conotações, entre outras, claramente religiosas...). É óbvio que há sempre, em qualquer fase histórica, elementos que se estão a extinguir, enquanto outros, novos, estão a emergir, não se sabendo nunca, no próprio momento do acontecer, quais irão crescer, impor-se, e quais outros irão definhir, ou nunca passar de fenómenos minoritários. Nessa indeterminação – ou aparência dela – joga-se a liberdade (ou sua ilusão) do ser humano, a "indeterminação" da história.

Todo o bom historiador está atento, relativamente a cada época sobre que se debruça, àqueles "sinais", pois muitas vezes eles são sintomas do que poderá vir a acontecer a seguir. Aliás, uma das debilidades da "história" como explicação do devir é a dificuldade de discernir causas de antecedentes, uma vez que quem faz o juízo (o historiador) conhece "o fim do filme", e tende, a partir dele, a conferir sentido às fases que antecedem tal "fim". Como se este fosse inevitável, isto é, como se tudo se encaminhasse teleologicamente numa direcção, que só "a posteriori" se con-firma.

Seja como for, e em suma, a "finesse" de análise das sociedades não se com-padece com generalizações como "agonia" ou "decadência", nem com constru-

ções generalizantes, míticas, que são mais projecções do desejo, ou da nossa ideologia, do que realidades, tais como Europa, Ocidente, etc., etc. Não vou porém neste breve texto desmontar essas construções, essas representações, pois isso exigiria um ensaio de longo fôlego.

Não: a ideia de escrever este artigo vem dos acontecimentos recentes, como a generalização do terrorismo internacional, de que o episódio do 11 de Setembro de 2001 é paradigmático. Repare-se o património (já que esta é uma revista que tem esse conceito difuso por título e tema) humano, afectivo, material, a que aquele episódio pôs fim num curtíssimo espaço de tempo. Mas, e o que dizer dos genocídios do Ruanda (1994), por exemplo, a que a comunidade internacional não conseguiu pôr cobro? Para não falar da selvática destruição quotidiana criada pelas mais diversas forças e perpetuada agora no Iraque, terra tradicionalmente conotada com as nossas tradições bíblicas, que muitos consideram "berço" da própria "civilização ocidental". De que nos serve quereremos arquivar, guardar, coleccionar, musealizar, nada perder, se nuns minutos, horas, ou dias, o que temos de mais precioso (os nossos símbolos, os nossos ícones – como o eram as "torres gémeas" – e memórias, as pessoas que são nossos concidadãos, mesmo os deixados à sua sorte nos matos africanos) podem esfumar-se literalmente, não deixando sequer um rasto que lhes sirva (nos sirva) de memória?

Mas essa barbárie – a do crime na sua raiz praticamente anónimo, sem rosto, e que pela sua própria dimensão e característica "científica" não deixa atrás de si um resto de inteligibilidade possível, mas nos entrega ao desamparo da quase impossibilidade do luto – não foi inaugurada pelos "outros", nem por ninguém, em particular, mas também por nós próprios "ocidentais", no sentido mais abrangente, como lembra Mario Vargas Llosa num artigo recente (DNA – revista semanal do "Diário de Notícias" – de 30 de Abril de 2004, pp. 30 e 31).

Nós "inventámos" o nazismo e as várias formas de fascismos, incluindo o comunismo, no que este teve de "gigantesco embuste" (verdadeira religião, sobretudo para os ocidentais que não viveram nesses regimes, e os mitificaram como salvadores), como disse Mário Soares. Nós ("ocidentais") inventámos e largámos em cidades indefesas, quase à laia de experiência "científica", bombas atómicas. Nós permitimos o Vietname, as colónias (depois de séculos de invasões, mortandades, escravatura, contágio de doenças que dizimaram populações inteiras, contínua e despidorada quebra de compromissos, como aconteceu com os "índios" das Américas), e continuamos a ver diariamente pela televisão a violência e a criminalidade "legalizada" que por todo o mundo se exerce contra populações basicamente indefesas e débeis.

As causas dessa violência são muitas, e diversificadas, mas nós vendemos continuamente, e assim espalhamos, armas cada vez mais mortíferas e perigosas, por todo o planeta, levando os países (e, neles, as pessoas mais pobres, que constituem a maioria esmagadora da população) a endividarem-se continuamente, e depredando ao mesmo tempo o seu capital humano e os seus recursos naturais..., enquanto as elites aumentam as suas contas bancárias no estrangeiro.

Numa palavra, nós que usufruímos dos bens da «cultura» e que tão pressurosamente praticamos a auto-crítica, vivemos literalmente assentes no genocídio e na miséria de uma grande parte da humanidade, e na destruição ecológica do planeta. Factos que ainda por cima, como disse, nos servem de (são servidos como) notícia diária (entretenimento) à hora de jantar, e de motivo de "indignação" que, por meio de petições e abaixo-assinados, nos "limpa a alma" do complexo de culpa de, por algum modo, estarmos a alimentar tudo isto, de "fazermos sistema" com tudo isto. Nós vivemos numa sociedade que é, em larga medida, obscena – e tanto mais obscena quanto obcecada com o escândalo e a miséria dos outros, utilizados hipocritamente como forma de diversão de muitos problemas próprios. E depois dos programas, arrumada a cozinha, lá vamos ao ponto ecológico deitar o lixo classificado nos respectivos contentores... enquanto passeamos o cão.

Uma sociedade que se tribaliza em fenómenos degradantes como os que rodeiam o futebol profissional, ou que se distrai com a mediocridade assustadora das telenovelas, é simplesmente triste – porque reveladora de uma solidão e de uma grande falta de qualidade dos lazeres, sobretudo para a grande maioria da população, que não é capaz de aceder a outras formas de entretenimento. Essa população, assim, está escoraçada de um exercício fundamental: o de realizar conscientemente o seu direito de cidadania, prometido pelo próprio sistema, produzindo-se como *pensamento e elemento decisor autónomo*. A autonomia mítica na nossa sociedade depende do dinheiro, e quando se atinge esse patamar que permite criar condições básicas de humanização do ser, este raramente aplica o lazer e a liberdade que a despreocupação com a sobrevivência lhe proporciona para se produzir como indivíduo criador, actor do seu destino, limitando-se à atitude de compulsivo consumidor – e eventualmente fiel admirador – daquilo que os outros fazem.

Mário Vargas Llosa, no seu artigo já referido, elogia um conjunto de características da nossa "cultura" bem conhecidas: capacidade de auto-crítica, laicização, autonomia do indivíduo como cidadão, tolerância ou capacidade (para não dizer necessidade) de conviver com a diferença, igualdade da mulher em relação ao homem, possibilidade de escolher os dirigentes pelo voto, maiores direitos para as minorias, experimentação e investigação livres, proliferação criadora, liberdade de cada um poder em parte escolher o seu destino, melhores níveis de vida do que noutros pontos do planeta, etc. Mas refere também sintomas negativos, que nos poderiam condenar à perda (para não dizer à extinção, enquanto conjunto de valores e de práticas), como a falta de entusiasmo, a apatia, o ceticismo radical – que fragmenta, que corrói a vontade, frente à determinação fanática dos que querem pulverizar o mundo pelas suas bombas suicidárias e outras formas de terrorismo.

E o autor faz a seguir uma afirmação incontestável, mas ainda nem de longe interiorizada pela maioria das pessoas – é a de que o terrorismo apenas ainda agora começou. Dantes, acrescento eu, ele estava acantonado a "países" longínquos, era muitas vezes considerado como a legítima forma de defesa, por exemplo, contra o agressor colonial. Hoje, globalizou-se e instalou-se no seio do nosso dia-a-dia, tal como a droga, e outras "pragas" contemporâneas. E muito cristã-

mente, perguntamo-nos: estaremos a pagar por erros centenários? Qual foi o "pecado" que cometemos para merecer isto?

Entretanto ecoa a frase temível, emitida pelos extremistas islâmicos, "nós gostamos tanto da morte como vós da vida", que evidentemente é motivo de preocupação, e de reflexão continuada sobre o período da história em que estamos a entrar, e onde a guerra clássica acabou, para se traduzir na quotidianização e banalização, sempre inesperada e por isso desestabilizadora, da mais desesperada conflitualidade – melhor diria, da raiva sob forma de explosões súbitas, que nem por isso deixam de ter máquinas extremamente sofisticadas atrás de si. Ora, pergunta-se o historiador, o antropólogo, o sociólogo, o psicólogo – de onde vem tal raiva, tal crispação? Não seria interessante – e premente, para nossa prevenção – interrogarmo-nos interdisciplinarmente sobre isso? Não é para isso que servem as ciências sociais, para, diluindo-se no próprio viver quotidiano, orientarem e ajudarem a aprofundar as impressões espontâneas que, quando se trata de questões destas, todos se julgam no direito de fazer?... São muitos já os autores que têm estudado o problema (*v*, por exemplo, o livro *Cultura Light*, já citado).

Que significa dizer que se gosta mais da morte que da vida, para além da ameaça, e também do desespero que traduz, como se se estivesse encostado a um muro de execução, e se tentasse sublimar o inescapável, ou seja, se olhasse os executores, ou carrascos, com uma última expressão de vitória?

Significa evidentemente que a generalidade das pessoas, no mundo islâmico, nunca fizeram o processo de laicização que precisamente caracterizou as sociedades ocidentais desde a modernidade, com a emancipação dos indivíduos e a valorização "desta vida", da vida de cada indivíduo, que está inerente a esse processo. O que morre por uma causa é um mártir, de forma que a morte em nome de Deus é uma forma de beatificação.

Por isso aquela frase é também uma orgulhosa afirmação cultural da diferença: vocês valorizaram a vida, esta vida, nós valorizamos a morte, porque nela, na outra vida, encontramos os verdadeiros valores, em que nós acreditamos, e que vocês, infiéis, perderam ou trairam. Essa frase fere-nos, porque é também dirigida a um complexo de culpa nosso, o de termos deixado de acreditar nessa realidade blocal, em que negócios humanos e desígnios divinos formavam uma unidade. Atinge-nos, porque, na sua expressão raivosa, como que aponta para uma "inocência" que perdemos.

Essa inocência é a da simplicidade, a da crença na perfeita adequação entre Deus e os homens que nele acreditam; e é também a orgulhosa afirmação da proeminência do grupo, do colectivo, do Estado (de confissão religiosa), em relação ao indivíduo «emancipado» ocidental, que muitos islamistas tendem a ver como egoísta, falso, mentiroso, corrupto. A diabolização da mulher e da sua incompreensível (para eles) liberdade – «liberdade» que tanto caracteriza a nossa civilização das últimas décadas, e mesmo para nós é um facto histórico revolucionário – é um sub-aspecto dessa ideologia, e portanto intimamente inconcebível para aquela moral, em que predominam os valores da família, da tradição, da procriação, da separa-

ção dos gêneros, da submissão da mulher ao homem, como valores insofismáveis, senão para os intelectuais e as elites, pelo menos para a grande massa popular mantida na pobreza e em baixíssimos níveis de escolaridade.

Temos de imaginar que muitos ícones ocidentais chegam ao "oriente" sob a forma da publicidade, em que a imagem feminina erotizada é (despudoradamente) explorada ao máximo – o que provoca escândalo, repulsa, incompreensão, mas não pode deixar também de encontrar algum eco de sedução. Ambivalência, afinal, que existe em nós mesmos: sempre a protestar contra a mercantilização do corpo, a sua transformação em objecto, o fetichismo das imagens, a utilização da mulher (mas também cada vez mais do homem...) para vender todo o tipo de produtos, e no entanto...sem podermos escapar à sua «fatal» atracção. Contradição, ou paradoxo, que seria hipócrita negar.

E aqui entramos no coração do problema. As sociedades islamistas, ao repudiarem a nossa forma de vida, não manifestam apenas uma orgulhosa diferença, revelam também uma frustração (por parte da maioria das populações, pois as elites políticas têm modos de vida ostentatórios) de não poderem aceder minimamente aos benefícios do conforto, da saúde, da segurança, da educação, e da fruição do prazer individual que a nossa sociedade promete assegurar. E, quem sabe, por no fundo todos sermos muito mais parecidos do que supomos, e a civilização ocidental ser muito atraente (até porque vista de fora, mitificada) por muitíssimos orientais a quem chega a televisão, os filmes, as imagens – imagens de um mundo que lhes está mais ou menos vedado, com excepção das classes mais elevadas, na sua ambivalência de indivíduos “entre duas culturas”.

Ou seja, o terrorismo, muitas vezes praticado por filhos das elites muçulmanas, educados no ocidente, traduz simultaneamente uma afirmação de diferença e uma frustração de quem não consegue ser igual, pelo menos naquilo que compreendeu ser vital para a defesa da sua própria diferença – a poderosa tecnologia ocidental, sobretudo americana, ligada à “indústria da guerra”. Mas também de quem talvez gostasse de experimentar muitos dos supostos "prazeres" ocidentais, e, na sua grande maioria, não pode, porque a laicização do Estado se não deu, e a «emancipação» da mulher (e consequentemente do homem) também não.

Os "orientais" não desenvolveram uma sociedade laica, não criaram um "Estado providência" baseado nos direitos humanos e em benefícios sociais sentidos como inerentes ao ser humano, mas adoptaram, sempre que puderam comprá-la, a nossa tecnologia. A tecnologia que nós lhes vendemos, ao preço que quisemos e muitas vezes exportando o que já não queríamos. E essa tecnologia criou uma sociedade de consumo, com muitos produtos kitsch, mas que traduzem um inconfundível apelo do consumismo. Basta passear por um mercado do Cairo...as pessoas não vivem só, nem sobretudo, a pensar em Deus.

Perante este panorama complexo, é óbvio que estamos diante uma guerra interminável, que só chegaria ao fim com o término da opressão do mundo ocidental (hemisfério norte) e dos seus sofisticados exércitos, e com a criação de uma nova ordem internacional que sobreponha valores humanos a interesses

materiais. Sabemos que isso é uma utopia. Mas também sabemos que, deixado a si próprio como está agora, como regulador último do mundo (onde os governantes já pouco fazem, tornaram-se actores de televisão a seu modo), o mercado é uma monstruosidade terrível, porque geradora de exclusão, e os que nos odeiam têm nesse aspecto inteira razão na sua revolta, embora sejam ilegítimas as formas por que a exprimem.

A sua cegueira injustificável, a sua violência que não escolhe alvos, é a resposta insubmissa e delirante – embora planeada com todo o rigor e frieza – ao carácter predador e estruturalmente injusto da nossa civilização, que não é apenas a dos direitos e garantias democráticas, mas da sua cada vez maior limitação a minorias, deixando a maior parte dos povos do mundo à beira da sub-humanidade, excluídos⁵, e portanto como massas facilmente manipuláveis pelo extremismo.

A guerra opõe agora duas forças anónimas e aparentemente incontrolláveis, mas ambas cada mais planeadas e certeiras: a do terrorismo sem rosto, e a da opressão do "ethos" ocidental transformado num mercado mundial generalizado, também sem rosto. A milenar luta corpo a corpo, com toda a aristocracia e ritualização da guerra implícitas, foi há muito substituída por uma formidável maquinaria sofisticada, anónima, que ataca quando, como, quem, e onde menos se espera. A do míssil "cirúrgico" e a do engenho explosivo cirúrgico são coetâneas, fazem sistema. Este sistema convocou-nos a todos, senão já como combatentes, pelo menos como potenciais vítimas.

⁵ Quando em 1996 estive no Sul de França colaborando num filme sobre a pré-história, "Le Roman de l' Homme", divulgado em video, contaram-me um fenómeno que desconhecia. Por aquelas florestas da Dordogne, como por outras certamente em França, deambulavam uns indivíduos (homens e mulheres) que trajavam de verde, e se intitulavam "Robins dos Bosques". Não assaltavam ninguém, alimentavam-se do que encontravam, e do que as pessoas eventualmente lhes davam. Eram uma espécie de "homeless" dos bosques... que por sinal também uma vez apareceram no local das filmagens em pleno "campo". Parece que há muitas seitas destas por toda a Europa – indivíduos incapazes de se integrarem na sociedade estressante em que vivemos. No fundo, o mesmo acontece nas nossas cidades, de forma quicã mais prosaica, com os "sem abrigo" que progressivamente nelas pululam. Que sociedade é esta, apetece perguntar, que para subsistir leva para as suas margens tanta gente? Que sistema brutal nos comanda?...

Vivo ultimamente nas imediações de um dos focos da droga do Porto. E da varanda de minha casa observo os drogados ao longe, como se fossem enxames que se fazem e desfazem, ao correr do dia, contra os muros onde traficam, consomem, etc., enquanto ao lado as pessoas percorrem os passeios tentando certamente nada ter a ver com aquilo. Um dia, quando acabava de vir habitar o apartamento, e estava ao meu lado um operário da obra, comentei-lhe, perante aquele panorama que se apresentava diante de nós: "está a ver, eu que venho habitar esta casa, o senhor que foi um dos que a construiu, e aqueles que estão além a drogar-se, todos fazemos parte do mesmo sistema..." Olhou para mim com ar um pouco estranho, e depois nunca mais me falou. Gostaria muito de saber o que terá pensado de mim – mas vi um sentimento de desconforto no seu olhar. As pessoas precisam de telenovelas e de futebol, não que lhes digam estas coisas, pensei para os meus botões. Não se pode verbalizar nem o que salta à vista, porque incomoda. E "ninguém está aqui para se incomodar", frase corrente de um dos meus amigos que já viu muito. Frase que cada vez repito mais, dia a dia, para mim próprio, perante as contrariedades e as rasteiras. Muitos cães ladram, talvez nem toda a caravana passe, mas da insistência, da perseverança, resulta sempre algo de novo. Veja-se a citação que faço de um texto de um filme de Tarkowskij na abertura do meu livro de poemas *Estrangeira Terra Litoral*, Porto, Faculdade de Letras, 1996, p. 5.

3. Epílogo

Jacques Barzun, num livro imenso (*Da Alvorada à Decadência. 500 Anos de Vida Cultural no Ocidente de 1500 à Actualidade*, Lisboa, Gradiva, 2003), trata do problema do "declínio" da "nossa cultura", ou seja, tenta historiar um ciclo de 500 anos findo o qual se assiste hoje a uma espécie de cansaço, ou tédio, ou estagnação, basicamente caracterizados pela *incapacidade de conceber novas possibilidades*. Tudo morreu ou se renegou (a arte, os projectos de vida, os modelos de desenvolvimento), e apenas se luta por objectivos sectoriais e desgarrados, sem articulação de conjunto, ao mesmo tempo que se retoma o mito do "primitivo".

Apesar de não comungar com a mensagem geral do livro, que me parece conservadora (ou seja, não creio que vislumbre o que de potencialmente novo há nos sintomas de "agonia" que refere – incerteza, nihilismo, ansiedade, ira, absurdo, violência, etc – v. pp. 766 e segs.), aquele último tema interessa-me, como se compreenderá, pois terá sido o tópico motivador de todo o meu "percurso intelectual", se posso chamar-lhe pomposamente assim (v. meu artigo "Quando o humano deixou de ser natural", *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, DCTP-FLUP/CEAUCP, 2003 - retomado em Jorge 1005 b).

Ele tem muito a ver com a mitologia da pré-história, das "sociedades primitivas" (uma invenção nossa), e com a ideia ingénuo de que simplificando tudo se conseguiria recuperar um estado de equilíbrio ou de paz conotado com umas intemporais "origens"⁶. É a retoma do mito bíblico do Génesis. E escreve aquele autor, logo no prólogo (p. 18): "[o primitivismo é] o desejo profundo e recorrente de escapar aos dispositivos complexos de uma cultura avançada. É um dos principais motores da Reforma Protestante e reaparece no culto do Bom Selvagem, muito antes de Rousseau, o seu suposto inventor. O selvagem, com o seu credo simples, é saudável, sereno e altamente moral, um ser mais merecedor do que o homem civilizado, que se vê obrigado a ludibriar e a urdir intrigas para prosperar. Nos finais do século XVIII assiste-se ao regresso desta esperança utópica; nos finais do século XIX, Edward Carpenter dá-lhe voz na obra *Civilization: Its Cause and Cure*; e na década de 60 do século XX o tema reaparece associado à rebelião dos jovens, que procuram a vida simples em comunidade, ou que, enquanto "Flower People", defendem o amor como único e suficiente elo social."⁷

Ele tem evidentemente também a ver com a mitologia do património, um dos mais característicos "sintomas" da nossa cultura moderna, ocidental, que pouco a pouco influenciou (mesmo que superficialmente) o mundo todo, quanto mais não seja porque todo o mundo é, hoje, uma mercadoria turística, com produtos para todos os gostos e vivências. Assim como re-presentamos o nosso passado e o tor-

⁶ Há casos em que a sociedade se tem obviamente de nivelar por baixo, como pode, por exemplo, ser o código de estrada, que tem de ser igual para aquele que possui um BMW topo de gama e para o que usa um vulgar carro ao alcance do comum dos cidadãos. Espaço público, regras comuns.

⁷ Recorde-se a este respeito a canção de John Lennon, "Imagine", uma das obras-primas da "música popular" do século que passou.

namos "visitável" (em museus, exposições, parques temáticos, filmes, etc.) temos necessidade que "o outro" se re-presente a si mesmo como outro exotizado, para gáudio do nosso olhar e re-conhecimento.

Assim, mesmo a índia navaja da reserva do Monument Valley (Utah) tem de interromper as suas tarefas domésticas na "roulotte" que ocupa (tarefas essas que muitas vezes certamente consistirão em ver filmes na televisão e beber álcool para passar o tempo e esquecer a solidão e aburda descontextualização de si própria em que se encontra) para ir atender os turistas que uma nuvem de pó já anuncia ao longe.

Com as suas vestes tradicionais, metamorfoseada, entra então na reconstituída casa circular das imediações, onde vai tecer um pano ao modo "típico" para ser fotografada. Os turistas não fazem muitas perguntas, fazem fotografias, comandados por um guia-condutor "nativo", que é também parco em palavras, mas orchestra bem a cena que todos os dias várias vezes ali se repete, e que permite a esta gente sobreviver naquele deserto. E logo a seguir, no exterior, nova cena de fotos junto ao índio que, majestoso sobre o seu cavalo, eterniza ao vivo uma cena de um filme de John Ford. Acabada a caravana, e enquanto não vem outra, índios e demais adereços da paisagem - celebrizada pelo cinema e pelos anúncios publicitários ao tabaco Marlboro, por exemplo - voltarão à sua vida comum (e pouco invejável) de americanos marginalizados com seus poucos bens (incluindo o cavalo) no meio do deserto. E sabe Deus o que pensarão de toda esta loucura em que eles e nós fomos metidos. Incluindo a irritação do guia para com o signatário, que por gosto de provocação quase só o filmou a ele e às dezenas de japoneses que freneticamente fotografavam tudo, máscaras brancas na boca, como um conjunto de aves de rapina que tivessem aterrado ali. Foi isto na primavera de 1994, mas suponho que no dia de hoje, em que remato este escrito, se deve ter lá passado mais ou menos o mesmo, talvez com outro qualquer a fazer o meu papel de turista particularmente irrequieto.

Enquanto o negócio durar (e não parece que esteja para acabar, pelo contrário), esta forma paródica de "agonia", que todos envolve, é ali um ritual repetitivo e indispensável.

Portanto, se "agonia" houvera, ela teria múltiplas formas, sem deixar ninguém de fora. A "agonia" também se globalizou.

Porto, 2004-2005

Alguma Bibliografia

- Appadurai, Arjun (2004), *Dimensões Culturais da Globalização. A Modernidade Sem Peias*, Lisboa, Ed. Teorema.
- Barzun, Jacques (2003), *Da Alvorada à Decadência. 500 Anos de Vida Cultural do Ocidente de 1500 Anos à Actualidade*, Lisboa, Gradiva.
- Baudrillard, Jean (1995- orig. francês de 1972), *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. 70.
- Baudrillard, Jean & Guillaume, Marc (1994), *Figures de L' Altérité*, Paris, Descartes & Cie.
- Beck, U. et al. (2000), *Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Braudel, Fernand (1989), *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Ed. Teorema.
- Borradori, Giovanna (2004), *Filosofia em Tempos de Terror. Diálogos com Jurgen Habermas e Jacques Derrida*, Porto, Campo das Letras.
- Castells, Manuel (2002-2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 3 vols.
- Coelho, Eduardo Prado (2004a), *Situações de Infinito*, Porto, Campo das Letras.
- Coelho, Eduardo Prado (2004b), *O Fio da Modernidade*, Lisboa, Notícias ed.
- Debray, Régis (2002), *Deus, um Itinerário. Materiais para a História do Eterno no Ocidente*, Porto, Ambar.
- Gil, Fernando et al., (2003), *Impasses, seguido de Coisas Vistas, Coisas Ouvidas*, Mem Martins, Pub. Europa-América.
- Gil, José (2004), Portugal, Hoje. *O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d' Água. O meu presente texto foi quase todo escrito antes da leitura do excelente ensaio deste autor, que em muitos casos o vem completar e enquadrar, com a «autoridade» de um filósofo.
- Guillaume, Marc (2003), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- Huntington, Samuel P. (2001-2ª ed.), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva.
- Ingold, Tim (2000), *The Perception of the Environment. Essays in Livelibood, Dwelling and Skill*, London, Routledge.
- Ingold, Tim (entrevista dada a A. Jones) (2002), From the perception of archaeology to the anthropology of perception, *Journal of Social Archaeology*, vol. 3 (1), pp. 5-22.
- Jorge, Vítor Oliveira (Coord.) (2003), *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, DCTP -FLUP/CEAUCP.
- Jorge, Vítor Oliveira (Coord.) (2005a), *Conservar Para Quê?*, Porto/Coimbra, DCTP-FLUP/CEAUCP.

- Jorge, Vítor Oliveira (2005b), *Vitrinas Muito Iluminadas. Interpelações de um Arqueólogo à Realidade que o Rodeia*, Porto, Campo das Letras.
- Jorge, Vítor Oliveira (Coord.) (2006), *Cultura Light*, Porto, DCTP-FLUP.
- Kastoryano, Riva (Org.) (2004), *Que Identidade Para a Europa?*, Lisboa, Ulisseia.
- Maalouf, Amin (2002), *As Identidades Assassinas*, Algés, Difel.
- Martin, Hans-Peter & Schumann, Harald (1998), *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*, Lisboa, Terramar.
- Ribeiro, António Pinto (2004), *Abrigos. Condições das Cidades e Energia da Cultura*, Lisboa, Ed. Cotovia.
- Sahlins, Marshall (2000), *Culture in Practice. Selected Essays*, New York, Zone Books.
- Said, Edward W. (2004), *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa, Edições Cotovia.
- Salmon, Jean-Marc (2002), *Um Mundo a Grande Velocidade. A Globalização, Manual de Instruções*, Porto, Ambar.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Reconhecer Para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Porto, Ed. Afrontamento. *
- Soros, George (1999), *A Crise do Capitalismo Global. A Sociedade Aberta Ameaçada*, Lisboa, Temas e Debates.
- Todd, Emmanuel (2002), *Após o Império. Ensaio sobre a Decomposição do Sistema Americano*, Lisboa, Ed. 70.
- VV.AA.(1998), *Saber e Poder*, Lisboa, Livros e Leituras. [De grande pertinência o seu "texto de apoio" final de J. Aguiar (pp. 151-156)].
- VV.AA. (2002), *Identidade, Identidades*, Porto, ADECAP.

* Sobre este investigador e poeta – uma das figuras mais relevantes do nosso país - tem recaído lamentável silêncio dos «media», ao mesmo tempo que ataques providos de vários lados para o desacreditar, com uma virulência surpreendente. Veja-se por exemplo a "opinião" de M. F. Mónica inserta no suplemento "Mil Folhas" do "Público" de 4.12.04.

